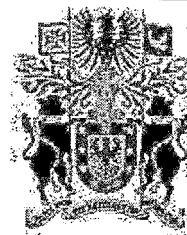




Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores  
Representação Parlamentar  
do PCP Açores



Exma. Senhora Presidente  
da Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores:

N/ref:	113 RPPCP/XI/2017
Data:	5 de Abril de 2017
Assunto:	Apresentação de Requerimento

Exma. Senhora:

Ao abrigo do artigo 182º do Regimento da Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do PCP apresenta o Requerimento anexo ao presente ofício.

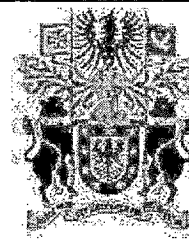
Com os melhores cumprimentos,

5 de Abril de 2017

O Deputado do PCP Açores

João Paulo Corvelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 1129	Proc. n. 54.04.00
Data: 07.04.05	N.º 170 XI



## REQUERIMENTO

A possibilidade de igual mobilidade aérea para qualquer dos residentes no nosso Arquipélago é uma condição indispensável da nossa unidade e coesão.

O crescimento harmonioso e sustentável de todas as ilhas dos Açores depende dessa igualdade nas movimentações dos residentes e dos fluxos de turistas. A SATA, transportadora aérea pública é, pelo serviço público que presta, o instrumento imprescindível da Coesão e do desenvolvimento do nosso Arquipélago.

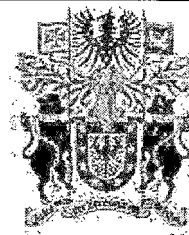
No entanto, na prática, actualmente existem diversos entraves muito negativos à mobilidade dos Açorianos, que decorrem de opções erradas tomadas pela gestão da SATA.

Esses entraves passam, desde logo, pela recorrente falta de disponibilidade de lugares nos voos interilhas, que se torna avassaladora durante os meses de verão, efectivamente imobilizando as deslocações dos açorianos, provocando problemas sociais e pessoais gravíssimos perante viagens por razões de saúde ou outros motivos ponderosos, para além de constituir uma barreira de limitação ao crescimento do sector turístico nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo.

Mas os problemas decorrem também dos horários praticados, que forçam frequentemente muitos passageiros a pernoitar nas ilhas de São Miguel ou da Terceira em ligações entre as restantes ilhas e o continente. Estas estadias não desejadas são um custo extra que é imposto aos açorianos no exercício do seu direito à mobilidade e contribuem também para desviar turistas que, perante a perspectiva de percursos tão longos, optam por não sacrificar o seu tempo disponível, não se deslocando às restantes ilhas dos Açores.

No campo do turismo, esta situação agrava desníveis pré-existentes e contribui para agravar a desigual distribuição dos proveitos do sector, cavando ainda mais fundo os desequilíbrios do desenvolvimento económico da Região.

Esta política de favorecimento à canalização de passageiros via São Miguel ou Terceira tem também expressão nos preços das passagens, que apresentam custos



muito mais baixos nas viagens que fazem escala ou obrigam à pernoita nestas duas ilhas.

Naturalmente que é forçoso atender às necessidades de transporte dessas duas ilhas, levando também em linha de conta a sua dimensão e que se trata aqui de gerir, da forma mais eficiente possível, recursos limitados, mas isso não pode ser feito à custa da imposição de restrições objectivas ao direito à mobilidade dos restantes açorianos, nem limitando o direito ao desenvolvimento de todas as ilhas dos Açores.

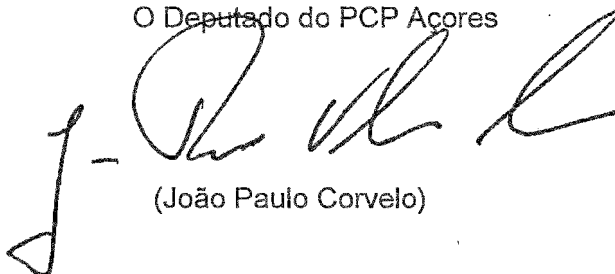
**Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo Regional as seguintes informações urgentes :**

Que medidas pretende o Governo Regional implementou ou pretende implementar para minimizar as diferenças no acesso ao direito à mobilidade dos açorianos das várias ilhas, nomeadamente:

- Em relação à disponibilidade de lugares nos voos interilhas, em especial nos meses de verão;
- Em relação à política de preços e horários praticados pela SATA, que favorecem, quando não impõem sem alternativa, viagens que obrigam a pernoitas ou escalas noutras ilhas;
- Em relação à necessidade de promover uma distribuição mais equitativa dos fluxos turísticos e dos seus proveitos entre as várias ilhas da Região?

5 de Abril de 2017

O Deputado do PCP Açores



(João Paulo Corvelo)